

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	66
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	70
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
<b>Ordinárias</b>	12.421
<b>Preferenciais</b>	24.539
<b>Total</b>	36.960
<b>Em Tesouraria</b>	
<b>Ordinárias</b>	0
<b>Preferenciais</b>	0
<b>Total</b>	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	175.016	158.662	157.144
1.01	Ativo Circulante	103.841	104.519	101.553
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.214	963	2.170
1.01.01.01	Disponibilidades	1.214	963	2.170
1.01.03	Contas a Receber	62.059	68.247	58.278
1.01.03.01	Clientes	62.059	68.247	58.278
1.01.03.01.01	Clientes	60.238	64.991	55.453
1.01.03.01.02	Creditos Diversos	1.821	3.256	2.825
1.01.04	Estoques	35.383	31.236	40.174
1.01.06	Tributos a Recuperar	596	72	430
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	596	72	430
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.539	3.146	95
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.050	855	406
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.050	855	406
1.01.08.01.01	Adiantamento a Fornecedores	1.050	855	406
1.02	Ativo Não Circulante	71.175	54.143	55.591
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.323	5.615	5.303
1.02.01.03	Contas a Receber	1.023	4.160	4.362
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.023	4.160	4.362
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.713	1.033	516
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	10.713	1.033	516
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.587	422	425
1.02.01.09.03	Outros	3.587	422	425
1.02.02	Investimentos	8.715	8.055	10.571
1.02.02.01	Participações Societárias	8.715	8.055	10.571
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.658	7.294	8.128
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.057	761	2.443
1.02.03	Imobilizado	40.642	36.647	35.923
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	40.642	36.647	35.923

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1.02.04	Intangível	6.495	3.826	3.794
1.02.04.01	Intangíveis	6.495	3.826	3.794

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	175.016	158.662	157.144
2.01	Passivo Circulante	38.329	47.005	72.810
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.221	5.066	20.942
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.221	5.066	20.942
2.01.02	Fornecedores	12.027	11.069	4.838
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.023	8.649	4.838
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.004	2.420	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.802	3.647	4.552
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.802	3.647	4.552
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.802	3.647	4.552
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.226	20.202	40.265
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.028	10.013	30.880
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.822	5.855	25.621
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.206	4.158	5.259
2.01.04.02	Debêntures	1.198	10.189	9.385
2.01.05	Outras Obrigações	3.053	7.021	2.213
2.02	Passivo Não Circulante	102.255	89.487	132.902
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	46.023	29.716	67.657
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.849	29.716	67.657
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	32.849	29.716	67.657
2.02.01.02	Debêntures	13.174	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	35.918	40.485	7.532
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	125	7.532
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	0	6.934
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	125	598
2.02.02.02	Outros	35.918	40.360	0
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	35.918	40.360	0
2.02.04	Provisões	20.314	19.286	57.713
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.909	4.803	46.146

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.050	2.317	45.617
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.859	2.450	484
2.02.04.01.05	IR S/Reserva de Reavaliação	0	36	45
2.02.04.02	Outras Provisões	16.405	14.483	11.567
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	16.405	14.483	11.567
2.03	Patrimônio Líquido	34.432	22.170	-48.568
2.03.01	Capital Social Realizado	32.340	32.340	32.340
2.03.02	Reservas de Capital	75.367	75.367	75.367
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	73	92
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-73.078	-85.894	-157.041
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-197	284	674

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	225.976	210.130	198.182
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-133.453	-122.817	-116.192
3.03	Resultado Bruto	92.523	87.313	81.990
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.536	-3.828	-65.747
3.04.01	Despesas com Vendas	-57.709	-49.619	-56.719
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.313	-7.379	-6.207
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.101	63.286	1.038
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-987	-1.292	-3.939
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.628	-8.824	80
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.987	83.485	16.243
3.06	Resultado Financeiro	-9.219	-13.747	-20.381
3.06.01	Receitas Financeiras	5.045	1.581	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.264	-15.328	-20.381
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.768	69.738	-4.138
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-271	0	0
3.08.01	Corrente	-271	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.497	69.738	-4.138
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.497	69.738	-4.138
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,25700	1,88690	0,00000
3.99.01.02	PN	0,25700	1,88690	0,00000

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.444	40.675	-11.587
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.849	50.490	17.070
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	9.497	69.738	-4.138
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	1.262	5.432	1.446
6.01.01.03	Variações Cambiais e Monetarias, Liquidadas	-283	280	4.378
6.01.01.04	Despesas de Juros sobre Empréstimos	11.328	10.589	0
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	1.344	4.785	7.964
6.01.01.06	Ajuste Acumulado de Conversão	-441	1.000	674
6.01.01.07	Provisões	-858	-41.334	7.485
6.01.01.08	Ajuste Inicial da Lei 11.638 - AVP	0	0	-739
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.405	-9.815	-28.657
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	4.753	-9.538	-12.752
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-4.147	8.938	-17.669
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-524	358	1.352
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-393	-2.846	39
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos	1.212	-880	3.036
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	2.013	6.231	-754
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Salários e Encargos Sociais	153	-15.876	1.084
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	-2.288	-1.001	-1.247
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-5.184	4.799	-1.746
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.800	-5.541	-10.213
6.02.01	Adições de Imobilizado e Intangível	-4.800	-5.541	-10.213
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.393	-36.341	23.672
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	10.000	59.763	39.098
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	65.313	80.107	3.828
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos de Terceiros	-12.713	-78.153	-16.437
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos de Partes Relacionadas	-74.993	-98.058	-2.817
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	251	-1.207	1.872
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	963	2.170	298



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.214	963	2.170

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-85.537	0	22.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-85.537	0	22.170
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.262	0	12.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.497	0	9.497
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.765	0	2.765
5.05.02.06	Ajuste Lei 11638	0	0	0	2.765	0	2.765
5.07	Saldos Finais	32.340	75.367	0	-73.275	0	34.432

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-156.275	0	-48.568
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-156.275	0	-48.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.729	0	70.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.738	0	69.738
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	991	0	991
5.05.02.06	Ajuste Lei 11638	0	0	0	-390	0	-390
5.05.02.07	Ajuste Lei 11.941 e Subvenção de Investimento	0	0	0	1.381	0	1.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	9	0	9
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros	0	0	0	9	0	9
5.07	Saldos Finais	32.340	75.367	0	-85.537	0	22.170

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-152.082	0	-44.375
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-739	0	-739
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-152.821	0	-45.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.464	0	-3.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.138	0	-4.138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	674	0	674
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	674	0	674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10	0	10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10	0	10
5.07	Saldos Finais	32.340	75.367	0	-156.275	0	-48.568

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	262.637	299.537	222.648
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	260.145	238.348	221.404
7.01.02	Outras Receitas	3.114	61.994	2.233
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-622	-805	-989
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.157	-166.645	-103.482
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-133.453	-122.817	-87.896
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.704	-43.828	-15.586
7.03	Valor Adicionado Bruto	67.480	132.892	119.166
7.04	Retenções	-1.344	-4.785	-4.165
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.344	-4.785	-4.165
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.136	128.107	115.001
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.417	16.052	23.420
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.628	-8.824	-3.280
7.06.02	Receitas Financeiras	5.045	1.581	491
7.06.03	Outros	0	23.295	26.209
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.553	144.159	138.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	68.553	144.159	138.421
7.08.01	Pessoal	11.733	40.204	29.840
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.269	31.320	23.538
7.08.01.02	Benefícios	915	7.136	4.547
7.08.01.03	F.G.T.S.	549	1.748	1.755
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.411	23.322	16.349
7.08.02.01	Federais	22.940	20.701	14.895
7.08.02.02	Estaduais	9.471	2.621	1.454
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.912	10.895	88.094
7.08.03.01	Juros	14.264	10.307	23.158
7.08.03.02	Aluguéis	648	588	651
7.08.03.03	Outras	0	0	64.285
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.497	69.738	4.138

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.497	69.738	4.138

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	178.747	163.600	169.194
1.01	Ativo Circulante	121.819	114.701	109.951
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.706	2.372	3.641
1.01.01.01	Disponibilidades	7.706	2.372	3.641
1.01.03	Contas a Receber	59.927	69.153	52.682
1.01.03.01	Clientes	59.927	69.153	52.682
1.01.03.01.01	Clientes	58.103	61.817	49.009
1.01.03.01.02	Creditos Diversos	1.824	7.336	3.673
1.01.04	Estoques	45.619	37.889	51.334
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.265	2.129	2.197
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.265	2.129	2.197
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.017	3.158	97
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.285	0	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.285	0	0
1.01.08.01.01	Adiantamento a Fornecedores	2.285	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	56.928	48.899	59.243
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.617	6.369	7.072
1.02.01.03	Contas a Receber	1.299	5.659	6.646
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.299	5.659	6.646
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	288	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.318	422	426
1.02.01.09.03	Outros	4.318	422	426
1.02.02	Investimentos	1.057	820	98
1.02.02.01	Participações Societárias	1.057	820	98
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.057	820	98
1.02.03	Imobilizado	42.174	37.745	48.204
1.02.04	Intangível	8.080	3.965	3.869
1.02.04.01	Intangíveis	8.080	3.965	3.869

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	178.747	163.600	169.194
2.01	Passivo Circulante	41.447	53.331	83.616
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.668	5.066	20.942
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.668	5.066	20.942
2.01.02	Fornecedores	5.297	5.059	5.746
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.291	2.639	5.746
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.006	2.420	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.923	3.971	4.819
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.923	3.971	4.819
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.923	3.971	4.819
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.311	31.474	49.566
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.113	21.285	40.182
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.907	17.127	34.923
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.206	4.158	5.259
2.01.04.02	Debêntures	1.198	10.189	9.384
2.01.05	Outras Obrigações	3.248	7.761	2.543
2.01.05.02	Outros	3.248	7.761	2.543
2.02	Passivo Não Circulante	102.601	87.918	125.143
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	52.339	29.716	51.352
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	39.165	29.716	51.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	39.165	29.716	51.352
2.02.01.02	Debêntures	13.174	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	46.354	53.399	27.645
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	125	961
2.02.02.02	Outros	46.354	53.274	26.684
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	46.354	53.274	26.684
2.02.04	Provisões	3.908	4.803	46.146
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.908	4.803	46.146
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.908	4.767	46.101



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.02.04.01.05	IR S/Reserva de Reavaliação	0	36	45
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	34.699	22.351	-39.565
2.03.01	Capital Social Realizado	32.340	32.340	32.340
2.03.02	Reservas de Capital	75.367	75.367	97.297
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	73	92
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-73.078	-85.894	-178.971
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-198	284	674
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	268	181	9.003

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	247.758	222.921	214.541
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-142.210	-131.708	-121.549
3.03	Resultado Bruto	105.548	91.213	92.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-83.245	-4.753	-75.496
3.04.01	Despesas com Vendas	-68.677	-56.375	-65.039
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.123	-8.957	-11.214
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.448	61.891	1.121
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.189	-1.292	-180
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	296	-20	-184
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.303	86.460	17.496
3.06	Resultado Financeiro	-12.583	-16.830	-21.634
3.06.01	Receitas Financeiras	5.270	1.174	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.853	-18.004	-21.634
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.720	69.630	-4.138
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-271	0	0
3.08.01	Corrente	-271	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.449	69.630	-4.138
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	48	108	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	48	108	0
3.10.01.20	Participações de Acionistas Não Controladores	48	108	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.497	69.738	-4.138
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.449	69.630	-4.138
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	48	108	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.985	23.039	-15.789
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.771	27.774	15.191
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	9.497	69.738	-4.138
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	-237	722	-57
6.01.01.03	Variações Cambiais e Monetarias, liquidas	-283	-2.488	4.378
6.01.01.04	Despesas de Juros Sobre Empréstimos	11.709	10.589	0
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	1.298	-1.631	7.588
6.01.01.06	Ajuste Acumulado de Conversão	-355	-7.822	674
6.01.01.07	Provisões	-858	-41.334	7.485
6.01.01.08	Ajuste Inicial da Lei 11.638 - AVP	0	0	-739
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.786	-4.735	-30.980
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	3.714	12.808	-8.002
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-7.731	-13.445	-23.974
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-136	-68	1.375
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-859	3.061	38
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos	4.030	2.672	947
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	1.445	-687	1.400
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Salarios e Encargos Sociais	71	-15.677	1.080
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	-3.969	1.591	-1.359
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-5.351	5.010	-2.485
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.633	-8.732	-10.213
6.02.01	Adições de Imobilizado e Intangível	-6.633	-8.732	-10.213
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17	-15.576	28.073
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	23.387	59.763	48.399
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	51	0	3.828
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos de Terceiros	-23.455	-75.339	-21.337
6.03.04	Pagamentos de empréstimos de Partes Relacionadas	0	0	-2.817
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.335	-1.269	2.071
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.372	3.641	1.570

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.707	2.372	3.641

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-85.537	0	22.170	181	22.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-85.537	0	22.170	181	22.351
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.262	0	12.262	0	12.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.497	0	9.497	0	9.497
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.765	0	2.765	0	2.765
5.05.02.06	Ajuste Lei 11638	0	0	0	2.765	0	2.765	0	2.765
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	86	86
5.06.04	Ganhos sobre Ativo	0	0	0	0	0	0	86	86
5.07	Saldos Finais	32.340	75.367	0	-73.275	0	34.432	267	34.699

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-156.275	0	-48.568	9.003	-39.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-156.275	0	-48.568	9.003	-39.565
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.729	0	70.729	0	70.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.738	0	69.738	0	69.738
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	991	0	991	0	991
5.05.02.06	Ajuste Lei 11638	0	0	0	-390	0	-390	0	-390
5.05.02.07	Ajuste Lei 11.941 e Subvenção de Investimento	0	0	0	1.381	0	1.381	0	1.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	9	0	9	-8.822	-8.813
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros	0	0	0	0	0	9	0	9
5.06.05	Perdas sobre o Ativo	0	0	0	0	0	0	-8.822	-8.822
5.07	Saldos Finais	32.340	75.367	0	-85.537	0	22.170	181	22.351

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	32.340	75.367	0	-152.082	0	-44.375	0	-44.375
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-739	0	-739	0	-739
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	75.367	0	-152.821	0	-45.114	0	-45.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.464	0	-3.464	0	-3.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.138	0	-4.138	0	-4.138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	674	0	674	0	674
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	674	0	674	0	674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10	0	10	0	10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10	0	10	0	10
5.07	Saldos Finais	32.340	75.367	0	-156.275	0	-48.568	0	-48.568

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	287.407	312.490	240.378
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	284.770	252.696	238.506
7.01.02	Outras Receitas	3.259	60.599	2.861
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-622	-805	-989
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-212.786	-186.641	-108.839
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-142.210	-111.795	-93.253
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-70.576	-74.846	-15.586
7.03	Valor Adicionado Bruto	74.621	125.849	131.539
7.04	Retenções	-1.298	-4.785	-4.165
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.298	-4.785	-4.165
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.323	121.064	127.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.636	23.095	23.337
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	296	20	-3.423
7.06.02	Receitas Financeiras	5.270	1.174	551
7.06.03	Outros	70	21.901	26.209
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	78.959	144.159	150.711
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	78.959	144.159	150.711
7.08.01	Pessoal	15.509	40.204	29.841
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.887	31.320	23.538
7.08.01.02	Benefícios	1.032	7.136	4.547
7.08.01.03	F.G.T.S.	590	1.748	1.756
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.387	23.322	17.092
7.08.02.01	Federais	24.207	20.701	15.156
7.08.02.02	Estaduais	10.180	2.621	1.936
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.566	10.895	99.640
7.08.03.01	Juros	18.658	10.307	23.158
7.08.03.02	Aluguéis	817	588	650
7.08.03.03	Outras	91	0	75.832
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.497	69.738	4.138



**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.497	69.738	4.138

## **Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

### **RELATÓRIO DE ADMINSTRAÇÃO**

#### **Prezados Senhores:**

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Comunidade Financeira e à Sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cambuci S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2010, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

#### **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

No ano em que completa 41 anos de atuação no Brasil, a Penalty apresenta ao mercado o seu reposicionamento de marca. Este importante projeto foi iniciado internamente em 2008 e envolveu diretamente a Presidência e a Diretoria na tomada de decisões sobre a correta preparação da marca para um cenário esportivo muito promissor, que inclui a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no país nos próximos anos, e cada vez mais competitivo.

Amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol, o reposicionamento da Penalty prevê uma nova e arrojada identidade visual, a reformulação completa do portfólio de produtos, a estruturação para excelência na prestação de serviço e o fortalecimento da presença no mercado internacional.

A marca que escreve sua história através do apoio incondicional ao esporte, que apresenta excelente performance em pesquisas de recall junto a clientes e consumidores, que é endossada pelas principais federações, confederações, clubes e atletas pela inovação e qualidade reconhecida de seus produtos, continua focada em ampliar seus territórios, nacionais e internacionais, respaldada por um planejamento estratégico sólido e com visão de longo prazo.

## **Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

O reposicionamento que está sendo proposto é a melhor forma de prepararmos a Penalty para os próximos anos e continuarmos mantendo a marca com um dos maiores expoentes do esporte nacional.

O ano de 2010 foi extremamente importante para a Cambuci, pois caracterizou a solidez do grupo, a maturidade da gestão e a preparação de suas marcas, Penalty e Stadium, para o futuro.

Conforme destacado no Relatório de Administração anterior, o contexto esportivo nacional se mostra muito favorável à nossa Companhia, que durante os próximos anos encontrará um mercado aquecido – acima dos anos anteriores e da média dos outros mercados, em virtude da realização, no Brasil da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Diante deste ciclo virtuoso de crescimento, o plano da Cambuci é direcionar adequadamente seus investimentos em ampliação e modernização das fábricas, implantação de inteligência estratégica na cadeia de suprimentos, pesquisa e inovação, reestruturação comercial, treinamento e capacitação de profissionais – em todos os níveis; para continuar se destacando como um importante player esportivo e atender eficientemente a nova realidade de mercado, através de uma real proposta de diferenciação de marca e valor agregado em produto, ampliando sua atuação em território nacional e internacional, com conseqüente aumento da margem de contribuição.

A preparação para este novo cenário da organização vem sendo feita internamente há dois anos, com a formação de uma equipe multidisciplinar para estudo e análise da situação atual, identificação de oportunidades e riscos no curto, médio e longo prazos, e proposta de um audacioso plano de marketing específico para cada uma das marcas do grupo.

No caso da Penalty, conforme detalhado em item particular sobre o assunto adiante neste documento, o planejamento citado prevê o reposicionamento completo da marca no ano de 2011. No caso da Stadium, a consolidação do realinhamento iniciado em 2010, que se mostrou muito acertado, conforme performance de resultado obtida durante o ano.

Somando a estas informações as otimistas perspectivas econômicas e sociais do Brasil, que incluem a continuação da escalada das classes D e E, a geração de empregos, os aumentos salariais, o crescimento da PIB, entre outros, reforça nossa

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

crença de que os resultados apresentado por esta Companhia continuarão numa espiral positiva, para a qual estamos devidamente preparados.

**Roberto Estefano**

**Presidente – Executivo**

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### **Inovação**

No ano de 2010, a inovação e o pioneirismo continuaram sendo pontos focais da Companhia.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio:

- **Linha Max de Futsal** – linha profissional de futsal que oferece diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem de uma melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

- **Linha Sniper de Futebol de Campo** – linha profissional de futebol de campo e society, construída em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

- **Meião Kanguru** – único meião no mundo com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica ou esparadrapo.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **Sistema d-Tech** – desenvolvido para auxílio da evolução do vôlei, detecta com precisão informações como posição e velocidade da bola.

- **Tecnologia Camaleão** – lançada em 2009 em bolas, a exclusiva tecnologia Camaleão passou a ser aplicada também em calçados. A tecnologia fotocromática constante no laminado do calçado, permite que o mesmo mude de cor quando exposto aos raios ultravioleta (UV), presentes principalmente na luz do sol e em algumas luzes artificiais. Depois de encerrada a exposição aos raios UV, a cor do calçado retorna, de forma gradual, ao seu tom original.

E também no lançamento de novas tecnologias para a linha 2011:

- **Tecnologia Neogel** – nova tecnologia anti-impacto, obtida através da inclusão de uma camada extra na bola, desenvolvida com um composto de neoprene e gel, que deixa a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade.

- **Tecnologia PoliPIMA** – exclusiva construção de fibras naturais, algodão Pima, e sintéticas, microfibras de poliéster, que formam um tecido muito mais confortável, com melhor toque e ajuste ao corpo, evitando que o tecido grude no mesmo pelo excesso de suor.

Além disso, a cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que auxiliem a oferta de produtos com diferencial técnico e maior valor agregado.

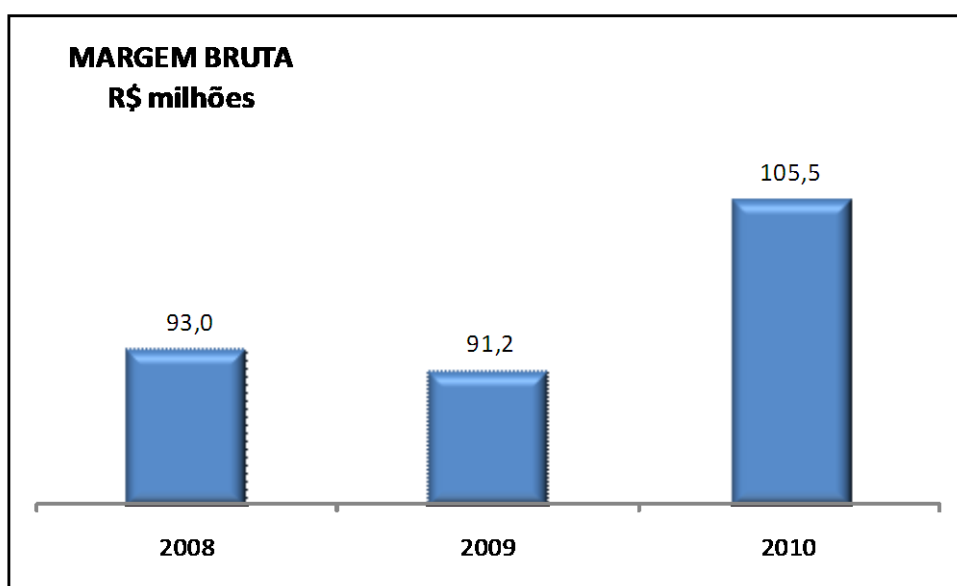
## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

#### Receita Líquida

Em 2010, a receita líquida consolidada foi de R\$ 247,8 milhões, com crescimento de 11,2% ante 2009.

#### Margem bruta



A margem bruta de 2010 do consolidado somou R\$ 105,5 milhões, o que representou 42,6% das vendas líquidas, um pequeno aumento sobre 40,9% em 2009.

#### Índice de Liquidez Corrente

A Companhia vem demonstrando uma melhora significativa no índice de liquidez corrente de 2,15 em 2009 para 2,94 em 2010.

## **Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

### **Lucro Líquido – Sem efeito a adesão ao Novo Refis**

A Cambuci apresentou um Lucro Líquido em 2010 no valor de R\$ 14,9 milhões ante a um lucro de R\$ 9,1 milhões em 2009, estes sem considerar as contabilizações dos efeitos concedidos por ocasião da adesão ao Novo Refis (Lei 11.941/09 e MP 470) e repactuação da dívida das debêntures.

### **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Cambuci manteve em 2010 o modelo de Governança Corporativa, como continuidade ao processo de reorganização administrativa e preparação para o crescimento internacional, iniciado há dois anos por meio da formulação do planejamento estratégico.

### **RECURSOS HUMANOS**

O alcance dos objetivos em 2010 é fruto do início dos investimentos na construção de um modelo organizacional que suporte as demandas emergentes. A área de Recursos Humanos teve papel fundamental nesse processo, estabelecendo e divulgando políticas, práticas e processos inerentes ao desenvolvimento dos colaboradores, além de ferramentas e modelos que auxiliassem a liderança do grupo.

Entre as principais ferramentas podemos destacar a avaliação de desempenho, que objetiva direcionar para o alcance dos resultados por meio do acompanhamento efetivo do desempenho individual, orientando e incentivando os colaboradores com a definição clara das suas metas.

Em 2010 a Cambuci ampliou seu quadro de colaboradores. Com isso, o número de colaboradores responsáveis pelo crescimento da Companhia passou de 2.700 para mais de 2.848 pessoas.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Com o objetivo de atrair os melhores talentos, fidelizar e desenvolver pessoas, a Cambuci aprimorou seus programas de captação e desenvolvimento de talentos.

### TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Cambuci mantém programas destinados a desenvolver jovens profissionais com perfil empreendedor e de liderança para trabalharem na Companhia, englobando oportunidades para *trainees*, estagiários e aprendizes. O programa de *trainees*, que teve início em 2007, obteve uma média de 2.000 inscrições e conseguiu efetivar 15 participantes até os dias atuais, dos quais 5 se destacaram alcançando cargos de gestão e liderança. O Programa de Aprendizagem, realizado em parceria com o SESI/SENAI por meio do CTCC (Centro Tecnológico do Couro e do Calçado), promove o aperfeiçoamento técnico de jovens para atuação direta nas unidades fabris.

Para desenvolvimento de futuras lideranças e garantia de pessoal capacitado a atender as demandas de internacionalização, além dos programas citados acima, a Companhia conta com o Programa de Auxílio Educação, que consiste no custeio parcial de cursos de idiomas, primeira graduação ou pós-graduação, conforme critérios estabelecidos em procedimento interno.

Para garantir o desenvolvimento contínuo da força de trabalho o RH Corporativo tem como meta elaborar o Plano de Treinamento, haja vista a necessidade de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. O Mapeamento das Necessidades de Qualificação fornecerá o diagnóstico das necessidades de cada área, servindo de norteador na aplicação dos treinamentos, de forma teórica, vivencial ou de *e-learning*.



## **Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

### **BENEFÍCIOS, SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

Em 2010, foram investidos mais de R\$ 4 milhões em benefícios, tais como alimentação, assistência médica, odontológica e farmacêutica, cesta de produtos, *kit* escolar, transporte, seguro de vida e posto bancário nas unidades fabris.

As unidades possuem ambulatório para atendimento clínico e medicina ocupacional. Ações de medicina preventiva foram constantemente disseminadas aos colaboradores e seus familiares por meio de feiras de saúde, palestras e campanhas educativas.

Todos os processos de trabalho da Cambuci priorizam a garantia da segurança e da qualidade de vida dos trabalhadores. Assegurar o bem-estar de sua equipe é essencial para a Cambuci, que tem nas pessoas um de seus valores. As ações nesse sentido contam com a supervisão e a orientação de profissionais especializados, que atuam ativamente por meio de programas como a SIPAT e a ginástica laboral, bem como a prevenção de riscos ambientais e de saúde ocupacional.

### **COMUNICAÇÃO INTERNA**

A comunicação interna é parte da estratégia da Companhia, que busca incentivar a transparência como base do relacionamento interno da empresa. O diálogo com o público interno é desenvolvido por meio de diversas ferramentas de comunicação, entre as quais estão o Jornal Bate Bola, Boletim de Marketing, o Boletim de RH, os murais internos, os DDS (Diálogos Diários de Segurança), as reuniões rápidas e a Intranet, entre outros, que permitem a participação ativa de todos os colaboradores.

## **Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

### **PROGRAMAS SÓCIO AMBIENTAIS**

A Cambuci desenvolveu e implementou o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Segundo a NR-09, são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos. Também levou em consideração, agentes ergonômicos e mecânicos (acidentes) existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Além das práticas ambientais são realizadas aulas de ginástica laboral todos os dias durante o horário de trabalho, com sessões de sete a dez minutos, sem distinção de setores na Companhia.

Na busca de fortalecer o seu processo de gestão para a qualidade total começou em agosto de 2003, na Unidade da Bahia, a implantação do programa de Equipes de Melhoria Contínua (CCQ – Círculos de Controle de Qualidade). Após o amadurecimento, o programa foi implementado em toda a Companhia, nas demais unidades: Confecções e Meias em 2004 e Calçados em 2005. Com a adoção de práticas voltadas para as dimensões da qualidade total (moral, segurança, atendimento, meio ambiente, qualidade e custo), surge a necessidade de fortalecê-lo cada vez mais com inserção de sistemas de avaliação e reconhecimentos, com a participação em eventos internos e externos, que propiciam e estimulam a troca de experiências, o aprimoramento contínuo e a capacitação dos colaboradores envolvidos. Hoje as práticas de melhoria contínua têm sido fonte de crescimento organizacional, principalmente as voltadas para a conscientização ambiental, disseminadas pelas equipes de melhoria contínua com a exposição de seus projetos em palestras, seminários e mostras internas.

As práticas ambientais internas não só promovem a reflexão dos colaboradores e comunidades sobre temáticas ambientais, mas proporcionam a adoção de ações no cotidiano, fortalecendo o papel do indivíduo na minimização dos impactos do meio ambiente.

## **Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**

A Empresa realiza periodicamente inventário dos resíduos das unidades e os resultados são apresentados no quadro de gestão à vista. Em média 87% dos resíduos de todas as Unidades são reciclados.

### **AUDITORIA**

A Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes foi contratada pela Cambuci S/A para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade.

### **AGRADECIMENTOS**

Fechamos o ano em que a marca Penalty completou 40 anos de atuação no mercado esportivo, cientes de que a melhor forma de comemorar o passado é mantendo o foco no futuro.

Comprometidos com esta atitude e apoiados no reposicionamento estratégico adotado para 2011, continuaremos trabalhando na criação de valor das marcas da Companhia, na prestação de excelentes serviços e na entrega de produtos diferenciados que superem a expectativa dos nossos clientes e consumidores.

A Administração da Cambuci S/A agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada na Companhia durante o ano de 2010. Em especial, aos nossos colaboradores, agradecemos a participação, dedicação e esforços pessoais empregados para tornar a Cambuci uma referência entre as empresas do setor.

São Paulo, 23 de Março 2011.

A Administração

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

(Em milhares de Reais)

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cambuci S.A. é uma Companhia de capital nacional que tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de artigos esportivos, incluindo vestuários, bolas, calçados e outros artefatos.

A Empresa vem internacionalizando suas operações visando crescimento das vendas.

Com a melhora e confiança no cenário econômico tanto nacional quanto internacional, a empresa espera apresentar melhores resultados.

O segundo semestre de 2010 foi marcado pela recuperação das vendas após as atribulações da crise mundial.

### **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As Demonstrações Financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos

## Notas Explicativas

sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### 2.1 Bases de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação no capital social Direta	
	2010	2009
	-----	-----
<b>Controladas</b>		
Latinline	100,00	100,00
Penalty Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile	76,00	24,00
Impar Paraguay	96,70	96,70
Era Sports Ltda.	99,99	99,99
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	99,99
Impar Mats. Esportivos Ltda.	98,00	98,00

## Notas Explicativas

Durante o ano de 2010, dando continuidade a internacionalização da Companhia adquiriu 52% da Penalty Chile passando a participação de 24% em 2009 para 76% em 2010.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

### 2.2 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber. Adicionalmente, a receita é reduzida por impostos de venda, devoluções, abatimentos e outras provisões similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- a) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- b) A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre os produtos vendidos;
- c) O valor da receita pode ser calculado com confiabilidade;
- d) É provável que os benefícios econômicos associados à transação passem para a Companhia.
- e) Os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação podem ser calculados com confiabilidade.

Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

### 2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As informações referentes às controladas incluídas na consolidação são mensuradas usando-se a moeda do país em que a entidade opera (a moeda funcional). A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias analisando:

A moeda:

## Notas Explicativas

- i. Que mais influencia os preços de bens e serviços (geralmente, será a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e acertado).
- ii. Do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços.
- iii. Que mais influencia mão de obra, material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (geralmente será a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).
- iv. Na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras.
- v. Na qual são normalmente acumulados valores recebidos de atividades operacionais.

Os seguintes fatores adicionais também foram considerados na determinação da moeda funcional da entidade no exterior:

- a) Se as atividades da entidade no exterior são desenvolvidas como uma extensão da Companhia e não com um grau significativo de autonomia;
- b) Se as transações com a Companhia são uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior;
- c) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da Companhia e se estão prontamente disponíveis para remessa a esta;
- d) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para cobrir dívidas existentes e esperadas sem necessidade de aporte de recursos pela Companhia.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

- a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Exceto quanto à conversão de saldos de investimentos de controladas no exterior, que são registrados diretamente em conta específica do patrimônio líquido, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no

## Notas Explicativas

encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

### b) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e os investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias), que têm moeda funcional diferente da moeda considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, são convertidos conforme segue:

- i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações no patrimônio durante o exercício corrente são convertidas pela taxa de suas respectivas datas de ocorrência;
- iii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iv. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Outros Resultados abrangentes".

### 2.4 Contas a receber de clientes

Estão representadas pelas vendas de produtos, contabilizadas pelos seus valores nominais, ajustados a valor presente, quando necessário, tendo como contrapartida as contas de receitas. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

### 2.5 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões



## Notas Explicativas

para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 2.6 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

### 2.7 Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. O valor

## Notas Explicativas

residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

### 2.8 Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

### 2.9 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares e marcas e patentes. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil

## Notas Explicativas

estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

### **2.10 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 11).

## Notas Explicativas

### 2.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### 2.12 Tributação

#### 2.12.1 Tributo corrente

O tributo corrente a pagar está baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo para imposto corrente é apurado com base nas alíquotas em vigor na data do balanço.

### 2.13 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração a taxa média ponderada nas captações de recursos dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a ativos e passivos, quando necessários, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

## Notas Explicativas

### **2.15 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras**

Práticas contábeis críticas são: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão descritos os critérios mais significativos utilizados nas principais rubricas das demonstrações financeiras:

#### a) Imposto de renda diferido

O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

#### b) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência prévia. Entretanto, a vida útil econômica real pode variar com base na atualização tecnológica ou outros fatores objetivos. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação desses ativos.

## Notas Explicativas

### 2.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

### 2.17 Instrumentos financeiros

#### *a) Reconhecimento inicial e mensuração*

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

#### *b) Mensuração subsequente*

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para

## Notas Explicativas

empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

**Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

**Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### 2.18 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09

## Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.



## Notas Explicativas

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o “*International Financial Reporting Standard – IFRS*”.

### 3.1. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

a) **Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição:** a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo, a vida útil esta razoavelmente refletida na taxa de depreciação e a relevância deste critério;

b) **Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos:** A Companhia analisou possível reclassificação de seus passivos financeiros compostos em seus componentes de passivo e de patrimônio líquido de acordo com o CPC 39 (IAS 32);

c) **Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A Companhia registrou o ajuste de diferenças acumuladas de conversão sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior, conforme instrução do CPC 02 (IAS 21);

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

a) **Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19):** A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido.

## Notas Explicativas

b) **Contratos de seguros CPC 11 ( IFRS 4):** A norma não é aplicável às operações da Companhia.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

a) **Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.

b) **Mudanças nas estimativas:** As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

c) **Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente:** A norma não é aplicável às operações da Companhia.

### **3.2. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas**

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

## Notas Explicativas

### 3.2.1 Balanço de Abertura em 01.01.2009 Balanço de abertura – 01.01.2009 Controladora/Consolidado

Saldo de abertura - 01/01/2009

	Controladora				Consolidado			
	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs
<b>Ativo circulante</b>		<b>101.553</b>	-	<b>101.553</b>		<b>109.951</b>	-	<b>109.951</b>
Disponibilidades		2.170		2.170		3.641		3.641
Créditos		55.453		55.453		49.009		49.009
Outros		43.930		43.930		57.301		57.301
				-				
<b>Ativo não circulante</b>		<b>55.591</b>	<b>1.718</b>	<b>57.309</b>		<b>59.243</b>	<b>1.718</b>	<b>60.961</b>
Ativo realizável a longo prazo		5.303		5.303		7.072		7.072
Investimentos		10.571		10.571		98		98
Imobilizado	(a)	35.923	(39)	35.884	(a)	47.995	(39)	47.956
Intangível	(b)	3.585	1.757	5.342	(b)	3.869	1.757	5.626
Outros		209		209		209		209
<b>Ativo total</b>		<b>157.144</b>	<b>1.718</b>	<b>158.862</b>		<b>169.194</b>	<b>1.718</b>	<b>170.912</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>72.810</b>	-	<b>72.810</b>		<b>83.616</b>	-	<b>83.616</b>
Empréstimos e financiamentos		40.265		40.265		49.566		49.566
Outros passivos		32.545		32.545		34.050		34.050
<b>Passivo não circulante</b>		<b>132.902</b>	-	<b>132.902</b>		<b>134.146</b>	-	<b>134.146</b>
Passivo exigível a longo prazo		132.902		132.902		125.143		125.143
Participação de não controladores		-		-		9.003		9.003
<b>Patrimônio líquido</b>	(a) e (b)	<b>(48.568)</b>	<b>1.718</b>	<b>(46.850)</b>	(a) e (b)	<b>(48.568)</b>	<b>1.718</b>	<b>(46.850)</b>
<b>Passivo total</b>		<b>157.144</b>	<b>1.718</b>	<b>158.862</b>		<b>169.194</b>	<b>1.718</b>	<b>170.912</b>

## Notas Explicativas

### 3.2.2 Balanço de Abertura em 31.12.2009 Balanço de abertura – 31.12.2009 Controladora/Consolidado

Saldo de abertura - 31/12/2009

	Controladora			Consolidado				
	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs	Nota	BR GAAP	Ajustes	Com CPCs
<b>Ativo circulante</b>		<b>104.519</b>	-	<b>104.519</b>		<b>114.701</b>	-	<b>114.701</b>
Disponibilidades		963		963		2.372		2.372
Créditos		64.991		64.991		61.817		61.817
Outros		38.565		38.565		50.512		50.512
				-				
<b>Ativo não circulante</b>		<b>54.143</b>	<b>3.207</b>	<b>57.350</b>		<b>48.899</b>	<b>3.207</b>	<b>52.106</b>
Ativo realizável a longo prazo		5.615		5.615		6.369		6.369
Investimentos		8.055		8.055		820		820
Imobilizado	(a)	36.647	608	37.255	(a)	37.554	608	38.162
Intangível	(b)	3.635	2.599	6.234	(b)	3.965	2.599	6.564
Outros		191		191		191		191
<b>Ativo total</b>		<b>158.662</b>	<b>3.207</b>	<b>161.869</b>		<b>163.600</b>	<b>3.207</b>	<b>166.807</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>47.005</b>	-	<b>47.005</b>		<b>53.331</b>	-	<b>53.331</b>
Empréstimos e financiamentos		20.202		20.202		31.474		31.474
Outros passivos		26.803		26.803		21.857		21.857
<b>Passivo não circulante</b>		<b>89.487</b>	-	<b>89.487</b>		<b>88.099</b>	-	<b>88.099</b>
Passivo exigível a longo prazo		89.487		89.487		87.918		87.918
Participação de não controladores		-		-		181		181
<b>Patrimônio líquido</b>	(a) e (b)	<b>22.170</b>	<b>3.207</b>	<b>25.377</b>	(a) e (b)	<b>22.170</b>	<b>3.207</b>	<b>25.377</b>
<b>Passivo total</b>		<b>158.662</b>	<b>3.207</b>	<b>161.869</b>		<b>163.600</b>	<b>3.207</b>	<b>166.807</b>

## Notas Explicativas

O patrimônio líquido e resultado dos ajustes realizados estão apresentados como se segue:

Descrição	Controladora			Consolidado				
	Nota	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Nota	Patrimônio líquido	Resultado do exercício		
		31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009		31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)		22.170	(48.568)	69.738		22.170	(48.568)	69.738
Depreciação do ativo imobilizado	(a)	608	(39)	647	(a)	608	(39)	647
Amortização do intangível	(b)	2.599	1.757	842	(b)	2.599	1.757	842
Conforme adoção dos CPCs		25.377	(46.850)	71.227		25.377	(46.850)	71.227

Os fluxos de caixa da controladora e consolidado de 01.01.2009 e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas contábeis vigentes até 31.12.2009, não possuem diferença com a adoção dos CPCs, exceto pelos assuntos descritos nas notas abaixo.

**a) Imobilizado:** De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), a administração adotou ajuste da depreciação acumulada em seu balanço de abertura retrospectivamente, em virtude das práticas contábeis anteriores serem diferentes das práticas adotadas pelo IFRS.

**b) Intangível:** De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), a administração adotou ajuste da amortização acumulada em seu balanço de abertura retrospectivamente, em virtude das práticas contábeis anteriores serem diferentes das práticas adotadas pelo IFRS.

**c ) Participação dos acionistas não controladores:** Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado.

Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído

## Notas Explicativas

aos controladores e não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

**d) Apresentação de Depósitos Judiciais:** No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes.

Para o IFRS, conforme CPC 37 ( IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Companhia efetua a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de ativo não circulante os valores de depósitos judiciais.

### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa	489	963	6.981	2.372
Certificado de depósito bancário "CDB"	725	-	725	-
	1.214	963	7.706	2.372

Os certificados de depósitos bancariso (CDBs) são remunerados á taxa media de 100% da variação do CDI (10,64% em 2010 e 9,84% em 2009). Os CDBs são

**Notas Explicativas**

títulos emitidos por bancos de primeira linha, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI e com liquidez imediata.

**NOTA 5 - CONTAS A RECEBER**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Contas a Receber	66.632	72.669	77.055	79.323
( - ) Provisão de devedores duvidosos	(2.753)	(2.234)	(2.753)	(2.272)
( - ) Transferência para mútuo	(3.641)	(5.444)	(16.199)	(15.234)
	<u>60.238</u>	<u>64.991</u>	<u>58.103</u>	<u>61.817</u>

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 60 dias. O saldo da provisão para devedores duvidosos é composto, substancialmente, por valores em atraso acima de 120 dias.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(2.121)	(2.160)
Creditos provisionados no exercício	<u>(113)</u>	<u>(112)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.234)	(2.272)
Creditos provisionados no exercício	<u>(519)</u>	<u>(481)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(2.753)</u>	<u>(2.753)</u>

**NOTA 6 - ESTOQUE**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Produtos acabados	15.776	14.926	25.074	20.279
Produtos acabados em Transito	5.483	5.523	5.483	5.924
Produtos em elaboração	2.223	2.694	3.016	2.775
Matérias-primas	9.195	7.836	9.196	8.654
Matérias-primas em Trânsito	1.023	(104)	1.023	(104)
Material de manutenção	1.683	361	1.827	361
	<u>35.383</u>	<u>31.236</u>	<u>45.619</u>	<u>37.889</u>

**Notas Explicativas****NOTA 7 – IMPOSTOS A COMPENSAR**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
ICMS - A RECUPERAR	422	71	1.832	959
IPI A RECUPERAR	172	1	172	1
OUTROS	2	-	261	1.169
	<u>596</u>	<u>72</u>	<u>2.265</u>	<u>2.129</u>

**NOTA 8 – PARTES RELACIONADAS**

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
	<u>(Passivo)</u>	<u>(Passivo)</u>
<b>Na controladora</b>		
<b>Ativo não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Era Sports Ltda.	56	3
Cambuci Trust S.A	339	288
Impar Sports Ltda.	6.284	455
Penalty Argentina	3.641	-
Cambuci Importadora	301	287
Impar Paraguai	92	-
	<u>10.713</u>	<u>1.033</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Exigível a longo prazo		
Controladores	-	(125)
	<u>-</u>	<u>(125)</u>
<b>No Resultado</b>		
Receitas	14.458	12.051
<b>No consolidado</b>		
Controladores	-	(125)



**Notas Explicativas****NOTA 9 - INVESTIMENTOS**

<b>Investimentos - ativo não circulante</b>	<b>Participações</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>2010 (%)</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
LATINLINE	100,00%	1.730	1.629
PENALTY ARGENTINA S/A	95,00%	3.011	3.051
PENALTY CHILE	76,00%	987	17
IMPAR PARAGUAY	96,70%	1.930	2.597
		<b>7.658</b>	<b>7.294</b>
OUTROS INVESTIMENTOS		1.057	761
		<b>8.715</b>	<b>8.055</b>
<b>Provisão para perdas - passivo não circulante</b>		<b>2010</b>	<b>2009</b>
ERA SPORTS LTDA	99,99%	(529)	(426)
CAMBUCI IMPORTADORA LTDA	99,99%	(10.520)	(10.765)
IMPAR MAT.ESP. LTDA	98,00%	(5.356)	(3.292)
		<b>(16.405)</b>	<b>(14.483)</b>
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>		<b>2010</b>	<b>2009</b>
ERA SPORTS LTDA	99,99%	(103)	(12)
LATINLINE	100,00%	100	(667)
PENALTY ARGENTINA S/A	95,00%	304	(2.461)
CAMBUCI TRUST S/A	30,00%	296	(1.697)
PENALTY CHILE	76,00%	(214)	(42)
IMPAR PARAGUAY	96,70%	(563)	-
CAMBUCI IMPORTADORA LTDA	99,99%	243	104
IMPAR MAT.ESP. LTDA	98,00%	(2.691)	(4.049)
		<b>(2.628)</b>	<b>(8.824)</b>





**Notas Explicativas****NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
<b>Em moeda corrente - R\$</b>					
Capital de giro	CDI mais 0,25% a 0,36%	10.975	5.362	25.376	16.634
Desenbahia - BNDES	TJLP	25.191	27.058	25.191	27.058
FINAME/FINEP	6% ao ano mais TJLP	1.501	1.558	1.501	1.558
Pró-indústria	IGPM + 12% a.a	2.004	1.593	2.004	1.593
		<u>39.671</u>	<u>35.571</u>	<u>54.072</u>	<u>46.843</u>
<b>Em moeda estrangeira - US\$</b>					
Capital de giro	Varição cambial mais 13,44% a.a.	4.206	4.158	4.206	4.158
		<u>43.877</u>	<u>39.729</u>	<u>58.278</u>	<u>51.001</u>
<b>Passivo circulante</b>		11.028	10.013	19.113	21.285
<b>Passivo não circulante</b>		32.849	29.716	39.165	29.716

**Desenbahia**

Os financiamentos com a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, com recursos provenientes do BNDES e FUNDESE. Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas pagas rigorosamente no seu vencimento.

**Capital de giro****Em moeda nacional**

Os valores relacionados à captação de recursos para capital de giro, é composto por R\$ 2.264 mil do Banco do Brasil, R\$ 1.923 mil do Banco Bradesco e R\$ 7.463 mil do Banco ABC S.A. na empresa Cambuci, R\$ 11.962 mil do Banco Bradesco na empresa Impar Sports, contas garantidas no montante de R\$ 790 mil com o Banco Bradesco na Impar Sports, todas essas operações sendo oferecidos recebíveis como garantia.

**Em moeda estrangeira**

Em junho de 1999, a empresa assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812, pertencentes à controlada Cambuci Trust S.A.

## Notas Explicativas

Em outubro de 2006, parte da dívida foi negociada, junto à empresa Galacross do Brasil Empreendimentos e Participações Ltda., a qual adquiriu a cessão do crédito junto ao Banco Barclays & Galicia Limited. A Companhia através de instrumento particular de confissão de dívida celebrado em 10 de Outubro de 2006 reconheceu a legitimidade do débito junto a Galacross do Brasil Empreendimentos e Participações Ltda., a qual negociou a dívida com a Companhia.

### NOTA 13 – DEBÊNTURES

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Debêntures - não conversíveis	INPC mais juros de 8,5% a.a.	14.372	10.189	14.372	10.189
Passivo circulante		1.198	10.189	1.198	10.189
Passivo não circulante		13.174	-	13.174	-

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos e pela Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago mediante parcelas em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010 a Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, a CAMBUCI pagará à POSTALIS, com a ANUÊNCIA EXPRESSA da FAIR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES LTDA., o valor de R\$ 18.479.425,92 (dezoito milhões quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos), que passa a ser o valor devido enquanto a CAMBUCI estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

a) R\$ 3.112.719,46 (três milhões, cento e doze mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos) paga no dia 14 de outubro de 2010.

b) R\$ 15.076.667,42 (quinze milhões setenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), em 60

**Notas Explicativas**

(sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano.

c) R\$ 290.039,04 (duzentos e noventa mil e trinta e nove reais e quatro centavos) relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios entre exequêntes e executada, conforme informado no item 2, pago no dia 14 de outubro de 2010.

**NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Impostos e contribuições				
ICMS	110	-	8.144	10.605
PIS	90	-	228	25
COFINS	402	470	1.049	787
Outros	1.243	159	1.494	160
	<u>1.845</u>	<u>629</u>	<u>10.915</u>	<u>11.577</u>
Tributos parcelados				
REFIS - Lei 11.941/09	26.728	29.507	29.215	31.797
PPI do ICMS	13.133	13.828	13.133	13.828
ICMS	13	43	13	43
	<u>39.874</u>	<u>43.378</u>	<u>42.362</u>	<u>45.668</u>
	<u>41.720</u>	<u>44.007</u>	<u>53.277</u>	<u>57.245</u>
Passivo circulante	5.802	3.647	6.923	3.971
Passivo não circulante	35.918	40.360	46.354	53.274
	<u>41.720</u>	<u>44.007</u>	<u>53.277</u>	<u>57.245</u>

A Companhia aderiu ao Novo Refis, instituído pela Lei 11.941/09, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, apresentados em atraso. A referida adesão implicou na desistência irretratável do programa PAES e a transferência do saldo nele existente para o total da dívida consolidada no âmbito do Novo Refis, bem como todas as ações pertinentes a créditos tributários e contestações de autos de infrações movidas contra a empresa.

Em Setembro 2007 e no decorrer do exercício de 2008 a Companhia aderiu ao P.P.I. (Programa de Parcelamento Incentivado do Estado de São Paulo), conseguindo uma redução do valor dos juros moratórios, multa e honorários advocatícios.

**Notas Explicativas**

Resumo do Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo – PPI, em 31 de Dezembro de 2010:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Impostos consolidados no PPI	13.881	13.881
(-) Parcelas pagas em 2007	(461)	(461)
(-) Parcelas pagas em 2008	(1.398)	(1.398)
(-) Parcelas pagas em 2009	(1.694)	(1.694)
(-) Parcelas pagas em 2010	(1.832)	-
Juros apropriados	4.637	3.500
	<u>13.133</u>	<u>13.828</u>
Passivo Circulante	1.944	1.783
Passivo não Circulante	11.189	12.045
	<u>13.133</u>	<u>13.828</u>

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Capital Social**

Em Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas AGE/AGO realizada em 20 abril de 2010 foi aprovado o desdobramento das ações da seguinte forma: 36.960.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 12.420.600 ordinárias, com direito a voto e 24.539.400 preferenciais, sem direito a voto.

**NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os impostos sobre a renda incluem imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

## Notas Explicativas

As alíquotas fiscais aplicáveis para imposto de renda federal e contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa agregada de 34%, para 2010 e 2009.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva esta demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.497	69.738
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.229	23.711
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Adições / exclusões temporárias líquidas	(297)	857
Adições / exclusões permanentes líquidas	1.000	(200)
Adoção ao Novo Refis Lei 11.941/09	(3.108)	(60.743)
Incentivos fiscais	<u>(20.301)</u>	<u>(21.141)</u>
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(19.477)</u>	<u>(57.516)</u>

### **NOTA 17 - POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO**

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (de juros e de preço), risco de câmbio, risco de liquidez e de crédito.

Risco de juros – a empresa vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros através de negociações com as instituições financeiras, estas ações são decorrentes da estratégia adotada pela empresa.

Risco de câmbio – é realizado um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas e



## Notas Explicativas

coligadas.

Risco de liquidez – é realizada tendo em consideração indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo. A gestão de risco tem como objetivo realizar acompanhamento da liquidez e efetuar os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata e liquidez trimestral permitindo a gestão obter dados numa óptica global. As principais ações da Companhia estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

Risco de Crédito – Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional. A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente, acompanhando o limite de créditos concedidos aos clientes, acompanhar o nível de inadimplência tomando medidas necessárias para minimizar o impacto no caixa da Companhia.

### **NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em 31 de Dezembro de 2010 os instrumentos financeiros mantidos incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e empréstimos e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aqueles de mercado.

A Companhia ainda apresenta em 31 de Dezembro de 2010, valores referentes a empréstimos, financiamentos, que por estarem vencidos e em processo de cobrança judicial não podem ser comparados aos valores de mercado.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos, bem como não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos financeiros de proteção – hedge.

### **NOTA 19 - SEGUROS (não auditado)**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras,

**Notas Explicativas**

conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

<b>Ramo</b>	<b>Principais coberturas</b>	<b>Coberturas máximas anuais</b>
Megarisco patrimonial	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, valores no interior do estabelecimento, tumultos e greves, valores em transito com portadores, responsabilidade civil, salvamento e limpeza.	22.100

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Cambuci S/A

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa 11, a Companhia aderiu, durante o exercício de 2009 ao parcelamento instituído pela Lei 11.941/09 referentes aos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. O saldo consignado na contabilidade, até a data de adesão ao parcelamento permitido pela Lei 11.941/09, apresentava saldo divergente em relação ao saldo do extrato da dívida consolidada divulgada pela Receita Federal do Brasil. Atualmente a Companhia aguarda a homologação da inclusão no REFIS.

Conforme nota explicativa 2 as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia estas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 05 de março de 2010, que conteve ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo acima.

São Paulo, 23 de março de 2011.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI  
Auditores Independentes S/S  
CRC 2SP 005528/O-2

Toshio Nishioka  
Contador  
CRC 1SP 104690/O-5

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis da Cambuci S/A relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores independentes. Com base em seus exames e nos relatórios dos auditores independentes concluíram que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 23 de março de 2011.

Altamir Antão Fernandes  
Mario Alberto de Lima Reis Coutinho  
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

Altamir Antão Fernandes

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto

Mario Alberto de Lima Reis Coutinho

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### **D e c l a r a ç ã o**

Pelo presente instrumento, o Diretor Geral e os demais Diretores Estatutários da CAMBUCI S/A. sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Pedroso de Moraes, 153 - Pinheiros, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.088.894/0001-08, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício 2010.

Composição da Diretoria:

ROBERTO ESTEFANO-Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente  
EDUARDO ESTEFANO FILHO-Conselheiro (Efetivo) e Dir. Superintendente  
EDUARDO JOSÉ BECKER-Diretor Industrial  
EDUARDO VELHILHO RUSCHEL-Diretor Marketing Comercial  
ALEXANDRE ESTEFANO-Diretor Internacional e P&D

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

### **D e c l a r a ç ã o**

Pelo presente instrumento, o Diretor Geral e os demais Diretores Estatutários da CAMBUCI S/A. sociedade por ações de capital aberto, com sede na AV. Pedroso de Moraes, 153 – Pinheiros - São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 61.088.894/0001-08, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada referente ao exercício 2010, contidas nesse relatório.

Composição da Diretoria:

ROBERTO ESTEFANO-Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente  
EDUARDO ESTEFANO FILHO-Conselheiro (Efetivo) e Dir. Superintendente  
EDUARDO JOSÉ BECKER-Diretor Industrial  
EDUARDO VELHILHO RUSCHEL-Diretor Marketing Comercial  
ALEXANDRE ESTEFANO-Diretor Internacional e P&D